

VIA ENGENHARIA S.A. - Em Recuperação Judicial

CNPJ nº 00.584.755/0001-80

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Atendendo às disposições legais e estatutária, a Administração da Via Engenharia S/A - Em Recuperação Judicial submete à apreciação dos senhores acionistas as demonstrações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, devidamente acompanhadas pelas notas explicativas.

Brasília - DF, 31 de dezembro de 2022.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/22	31/12/21
CIRCULANTE		
Disponibilidades	177	453
Aplicações financeiras	32	34
Contas a receber de clientes	8.610	11.017
Estoques	34.544	54.762
Outras contas a receber	6.572	8.555
Impostos a recuperar	1.124	7.865
Despesas antecipadas	(21)	177
	51.039	82.863
NÃO CIRCULANTE		
Créditos com sociedades ligadas	7.804	5.693
Investimentos temporários	273.791	190.369
Impostos diferidos	-	-
Depósitos e cauções	1.704	1.810
	282.463	207.035
Investimentos por equivalência	2.305	2.251
Propriedade para investimento	-	34.088
Imobilizado	6.581	6.907
	8.885	43.245
TOTAL DO ATIVO	352.387	333.144
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	7.611	9.641
Fornecedores - Recuperação Judicial	915	3.212
Obrigações e encargos sociais	5.719	6.797
Impostos e contribuições	1.616	1.732
Financiamentos	2.400	4.115
Outras contas a pagar	11.480	10.363
	29.740	35.861
NÃO CIRCULANTE		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Fornecedores - Recuperação Judicial	6.505	6.505
Fornecedores - Recuperação Judicial - AVP	(3.250)	(3.250)
Debitos com sociedades ligadas	7.600	10.100
Provisões p/ riscos Trab, Cíveis e Tributários	72.994	27.598
Outros impostos e contribuições diferidos	42.779	41.932
	126.622	82.679
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	169.158	169.158
Aiantamento para aumento de capital	41.281	41.281
Reserva de retenções de lucros	(48.245)	(29.866)
Reserva legal	33.832	33.832
	196.026	214.404
TOTAL DO PASSIVO	352.387	333.144

Notas explicativas às demonstrações contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa
Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado, cuja data de vencimento seja até 90 (noventa) dias da data de aplicação.

b. Contas a receber
Os créditos a receber de clientes (circulante e não circulante) são provenientes:
Das medições e/ou faturas a receber decorrentes de construções de obras públicas que são reconhecidas com base no progresso físico da obra.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Devido a baixa movimentação apresentada e a recuperação judicial em tramitação, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa esse exercício.

c. Ajuste a valor presente
Os ativos e os passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação.

d. Imóveis a comercializar
Estão avaliados ao custo histórico de aquisição ou de construção, que não excede o valor de realizável líquido. O custo dos imóveis a comercializar inclui gastos incorridos na aquisição do terreno, na construção (incluindo fundação, estrutura e acabamento, bem como custos de materiais de construção), e custos de mão de obra própria e terceirizada. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzido os custos de execução e as despesas de vendas e tributos.

e. Investimentos
Os investimentos em outras empresas nas quais a Companhia não possui controle, mas possui participação, foram avaliados por equivalência patrimonial, por entender que tratam melhor a situação da empresa.
Outros investimentos que não se enquadram na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável, exceto os imóveis classificados na rubrica de investimentos que estão avaliados a valor de mercado.

f. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear. As taxas anuais de depreciação são calculadas em função da vida útil estimada dos bens.
Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment"). Em 31 de dezembro de 2022 não houve indicadores de impairment sobre o imobilizado.

g. Demais ativos circulantes e não circulantes
São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

h. Passivo circulante e não circulante
São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

i. Provisões
Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Provisões para demandas judiciais
As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de seus advogados, e são registradas contabilmente de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.
Os impostos diferidos passivos decorrem de diferenças originadas dos efeitos entre as práticas contábil e tributária para a apuração do resultado de incorporação de venda de imóveis e operações com órgãos públicos.
Os impostos diferidos ativos incidentes sobre os prejuízos fiscais acumulados não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada em anos futuros em até 30% do montante do lucro tributável de cada exercício, e esse ativo foi registrado em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. A companhia vem apresentando prejuízos contínuos, dessa forma, não está apurando imposto de renda e contribuição social a pagar.

Diretoria

Fernando Márcio Queiroz
Diretor-presidente

Responsável Contábil
Adriana Lucas Oliveira
Controladora - CRC DF 018973/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstrações Contábeis auditadas com Relatório não modificado pela MENDES Auditoria Contábil Ltda, CRC.DF 000835/O-5, tendo como sócio responsável o Sr. Paulo César de Melo Mendes, Contador CRC.DF. 008.900/05.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.
As demonstrações contábeis completas auditadas estão à disposição na Sede da Companhia.

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 21/09/2023

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
confirada ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do Jornal de
Brasília ou acesse o link:
jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/

